

ANOTAÇÕES SOBRE “POSSE DA TERRA”, “POLÍTICAS SOCIAIS” E “SUBDESENVOLVIMENTO” NO TOCANTINS – O CASO DA REGIÃO DO PRODOESTE

Samuel Correa Duarte¹

Resumo

O presente estudo visa analisar as condições fundiárias e os indicadores sociais da região oeste do Estado do Tocantins. Para isso lançamos uso do conceito de subdesenvolvimento cujas características marcantes residem no predomínio econômico do setor primário, concentração de terra e renda, pauta produtiva restrita e direcionada ao mercado externo. O Tocantins tem sido tratado como área de expansão dos agronegócios com a ampliação da relação capital/ trabalho no campo e o acirramento da concentração de terras. O desenvolvimento regional proposto se ancora na lógica da inversão de investimentos públicos para a produção agropecuária sem, contudo, visar qualquer alteração nas relações fundiárias. Disso decorre a exclusão dos pequenos produtores pelo quesito econômico das políticas de crédito e financiamento.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento. Agronegócio. Políticas sociais.

Abstract

This study aims to analyze the land conditions and social indicators of the western state of Tocantins region. For this launch use of the concept of underdevelopment whose distinctive characteristics reside in the economic dominance of the primary sector, concentration of land and income, restricted production staff and directed to the foreign market. Tocantins has been treated as expansion area of agribusiness with the expansion of capital / work in the field and the intensification of land concentration. The proposed regional development is anchored in the logic of investment of public investment for agricultural production but without targeting any change in land relations. It follows the exclusion of small producers by economic factor of credit and financing policies.

Keywords: Underdevelopment. Agrobusiness. Social politics.

¹ Professor do quadro efetivo da Universidade Federal do Tocantins – Campus Arraias. Discente regular do Doutorado em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará.

Introdução

Nossa exposição se reporta ao conceito de subdesenvolvimento como ponto de partida para a análise dos indicadores sociais na região Oeste do Tocantins. Em linhas gerais podemos pontuar que o subdesenvolvimento é resultado da expansão do capitalismo comercial e industrial com a respectiva inserção de economias com níveis distintos de capacidade e estrutura produtiva num mesmo sistema competitivo global.

Para instrumentalizar a análise do subdesenvolvimento² é preciso situar que:

A teoria do subdesenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. De um lado, apresentam-se as exigências de um processo de mundialização, imposto pela lógica dos mercados, que está na base da difusão da civilização industrial. De outro, configuram-se os requerimentos de uma tecnologia que é fruto da história das economias centrais e que exarceba sua tendência original a limitar a criação de empregos. Por último, estão as especificidades das formas sociais mais aptas para operar essa tecnologia, ou seja, as formas de organização da produção e de incitação ao trabalho, as quais tendem a limitar a possibilidade de recurso aos sistemas centralizados de decisões (Furtado, 1998,49).

Segundo Andrade (1977,16-25) um dos principais problemas que afligem os países subdesenvolvidos é o crescimento demográfico com velocidade maior que o crescimento econômico. O resultado será o empobrecimento do país pois a geração de emprego e renda ocorrerá em quantidade inferior à demanda populacional, criando uma rede de desempregados e subempregados. Com o excedente de mão-de-obra teremos um achatamento dos salários e redução da qualidade de vida.

Há dentro de cada país, dentro de cada Estado, uma diferença muito grande no desenvolvimento regional. Mas quando falamos nessa escala de maior ou menor desenvolvimento, devemos ver que as regiões subdesenvolvidas podem apresentar características bem diversas: umas são velhas regiões, outras são regiões novas que estão sendo desbravadas. Quando se trata de desenvolvimento regional, o que se

² “A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de que, como vimos, isso implique algumas ‘consequências’ sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo, etc) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial, etc)” (Cardoso & Faletto, 1973, 27)

percebe é uma significativa disparidade pois cada área tende a ter sua própria dinâmica. Dito isso podemos também reconhecer que as regiões subdesenvolvidas são heterogêneas, podendo ser de povoamento antigo ou recente, como no caso da formação e expansão das periferias das metrópoles urbanas ou do avanço do agronegócio na chamada fronteira agrícola.

Diante disso, Andrade (1977, 26) defende

a existência de dois tipos de regiões subdesenvolvidas; as velhas regiões que têm estruturas arcaicas e que necessitam de transformações para que voltem a ter um ritmo de desenvolvimento normal e as novas regiões cujo desenvolvimento necessita ser regularizado, cujo povoamento necessita ser disciplinado para que elas com as possibilidades que tem permitam o desenvolvimento e não simples devastação.

Pelo exposto, podemos dizer então que o presente estudo pretende analisar as condições fundiárias e os indicadores sociais da região oeste do Estado do Tocantins. Para isso lançamos uso do conceito de subdesenvolvimento cujas características marcantes residem no predomínio do setor primário, forte concentração da renda, pauta de produção restrita e voltada para o mercado externo (CARDOSO & FALETTO, 1973, 25-26). O Tocantins tem sido tratado como área de expansão dos agronegócios com a ampliação da relação capital/trabalho no campo e o acirramento da concentração de terras. Para fins de análise iremos nos reportar à região de abrangência do PRODOESTE³ (Programa de Desenvolvimento do Oeste do Tocantins) visto ser esse um projeto de desenvolvimento agrícola em vigência no Estado do Tocantins.

Desenvolvimento

De acordo com o DIEESE, o Tocantins tem uma extensão de 277.620,9 km² e ocupa 3,3% do território nacional. Pelo seu perfil agroprodutor tem sido alvo de políticas e práticas de financiamento da agricultura. Nesse sentido a tabela a seguir

³ O PRODOESTE é um programa de desenvolvimento agrícola criado pelo governo do Tocantins em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e visa atender a região oeste do Tocantins com fornecimento de irrigação para plantio de soja, milho, arroz e feijão. A primeira etapa previa atender os municípios de Lagoa da Confusão, Pium e Cristalândia. Ao todo 14 cidades seriam contempladas pelo programa, com investimento na ordem de US\$ 165 milhões: US\$ 99 milhões do BID e US\$ 66 milhões do Governo do Estado.

indica a inserção das famílias no acesso ao crédito fundiário entre 2005-2010. Observa-se que no período o atendimento de famílias atingiu um ápice em 2007 declinando a seguir.

Tabela 1 Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário – Tocantins 2005-2010

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Famílias atendidas	39	186	1.133	493	310	269
Área (ha) adquirida	1.019	5.461	30.346	13.611	8.099	4.861

Fonte: IBGE, 2015.

Em média as dimensões dos módulos fiscais no Tocantins (ano de referência 2010) em hectares girava nos seguintes termos: módulo máximo 80, módulo mínimo 70, mais frequente 80. O índice de Gini indica o nível de concentração de terras. Houve uma redução da área média das propriedades sem, contudo, levar a um efeito positivo sobre o índice de Gini. Nesse sentido há de se constatar que o perfil dominante não é de pequenos proprietários. As tabelas a seguir indicam a distribuição de terras no Tocantins.

Tabela 2. Área média dos estabelecimentos agropecuários, em hectares, e índice de Gini da distribuição da posse da terra, Goiás/Tocantins. Censo Agropecuário, 1975-2006.

	1975	1980	1985	1995/1996	2006
Área média	280,9	311,3	264,3	286,0	211,3
Índice de Gini	0,749	0,755	0,756	0,741	0,782

Fonte: IBGE, 2015.

Registrou-se crescimento do quantitativo de proprietários em relação às outras formas de posse e uso da terra. O número absoluto de arrendatários, parceiros e ocupantes declinou. A legalização da terra anda *paripassu* com a ampliação das relações capital/trabalho no campo.

Tabela 3. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor, Goiás e Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/1996	2006
Proprietário	111.014	113.107	122.764	140.202	139.755	167.519
Arrendatário	6.104	7.688	7.587	11.126	4.388	4.630
Parceiro	1.337	4.579	3.644	8.474	1.203	609
Ocupante	26.643	28.147	19.700	18.851	9.355	16.438
Total	145.098	153.521	153.695	178.653	154.701	189.196

Fonte: IBGE, 2015.

A área coberta por estabelecimentos agropecuários sob regime de propriedade privada é amplamente dominante sobre as demais formas.

Tabela 4. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor, Goiás e Tocantins, 1970-2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/1996	2006
Proprietário	31.081	37.176	43.457	44.095	41.896	38.299
Arrendatário	488	481	681	867	790	823
Parceiro	76	122	129	196	122	71
Ocupante	4.138	5.348	3.586	2.061	1.430	784
Total	35.783	43.127	47.853	47.218	44.238	39.976

Fonte: IBGE, 2015.

Na mesma direção apontam os dados a seguir, mostrando que já em 2006 mais de 95% da área dos estabelecimentos agropecuários entre Goiás e Tocantins estavam sob regime de propriedade legal.

Tabela 5. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor, Goiás/Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano											
	1970		1975		1980		1985		1995/1996		2006	
	%	área	%	Área	%	Área	%	área	%	área	%	Área
Proprietário	76,5	86,9	73,7	86,2	79,9	90,8	78,5	93,4	90,3	94,7	88,5	95,8
Arrendatário	4,2	1,4	5,0	1,1	4,9	1,4	6,2	1,8	2,8	1,8	2,4	2,1
Parceiro	0,9	0,2	3,0	0,3	2,4	0,3	4,7	0,4	0,8	0,3	0,3	0,2
Ocupante	18,4	11,6	18,3	12,4	12,8	7,5	10,6	4,4	6,0	3,2	8,7	2,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, 2015.

Ao observar a área média dos estabelecimentos agropecuários notasse que a categoria “proprietários” é dominante, mas há de se notar também que a modalidade ocupante perdeu espaço em relação ao arrendamento e à parceria no quesito extensão da área.

Tabela 6. Área média (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor, Goiás/Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)					
	70	75	80	85	95/96	06
Proprietário	280,0	328,7	354,0	314,5	299,8	228,6
Arrendatário	79,9	62,5	89,7	77,9	180,0	177,7
Parceiro	56,6	26,7	35,5	23,2	101,6	116,9
Ocupante	155,3	190,0	182,0	109,3	152,8	47,7
Total	246,6	280,9	311,3	264,3	286,0	211,3

Fonte: IBGE, 2015.

O índice de Gini que mede a desigualdade social, quando aplicado à questão agrária, à primeira vista indica que nas últimas décadas houve uma melhora no quadro geral, porém se analisarmos a condição do produtor fica consolidado que a categoria “proprietário” é a que mais se favoreceu no período com uma tendência de concentração de terra. Nas demais categorias a distribuição das terras se ampliou.

Tabela 7. Índice de Gini da distribuição da posse da terra, conforme condição do produtor, Goiás e Tocantins, 1970-2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/1996	2006
Proprietário	0,735	0,738	0,747	0,733	0,734	0,780
Arrendatário	0,810	0,791	0,772	0,776	0,756	0,731
Parceiro	0,815	0,642	0,800	0,764	0,850	0,722
Ocupante	0,685	0,704	0,705	0,740	0,792	0,587
Total	0,738	0,749	0,755	0,756	0,741	0,782

Fonte: IBGE, 2015.

Quando contrastados os 50% menores estabelecimentos agrários com os 5% maiores fica evidenciada a brutal distorção na distribuição do quantitativo de terras na região, a tal ponto que o primeiro grupo detivesse nos idos de 2006 cerca de 4,5% de terras em mãos de pequenos proprietários e de outro lado 53,7% em poder dos grandes latifundiários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor, Goiás/Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	06	70	75	80	85	95/96	06
Proprietário	6,1	6,1	5,9	6,0	5,9	4,5	48,8	49,4	50,9	47,4	47,4	53,7
Arrendatário	4,3	5,2	4,4	4,0	4,3	5,4	62,0	59,3	52,0	51,0	47,6	44,3
Parceiro	4,4	9,4	6,0	8,5	1,6	4,0	63,0	63,2	66,0	67,7	59,4	39,1
Ocupante	6,9	5,9	6,4	5,2	4,6	15,3	38,3	39,9	43,3	47,5	59,1	41,8
Total	5,8	5,3	5,4	4,8	5,6	4,6	48,6	49,6	51,5	49,8	48,1	54,4

Fonte: IBGE, 2015.

Aliado a este quadro, de acordo com Panagides (2000, 298), temos também o problema fundiário, que é um tema político que depende da maturação da sociedade civil no que tange à percepção da reforma agrária como uma necessidade objetiva. Esse processo de formação da consciência coletiva e da promoção da participação popular na vida política pode desencadear a reforma agrária até o momento travada por falta de interesse da classe política e por muito interesse da elite agrária.

No que tange à questão agrária no Brasil, Árabe (2008, 30-35) destaca como pontos centrais o problema da manutenção de uma concentração de terras, o modelo desenvolvimentista empregado que implica em prejuízos para o solo, uma dependência crescente de inversão de capital privado, falta de planejamento urbano e resiliência da pobreza no campo, os subsídios e refinanciamento de dívidas lastreadas com recursos públicos, a desregulamentação da propriedade agrícola e a fragilidade das relações trabalhistas.

Nessa linha Mendonça & Stédile (2012:73) fazem o seguinte diagnóstico

[...] além de colonizar as fronteiras em favor do grande capital – nacional e estrangeiro –, abrindo brechas para a expansão do latifúndio improdutivo em maior escala que os projetos agropecuários de colonização, a política de “modernização” da agricultura brasileira, perpetrada pelos governos militares a partir dos anos de 1960, pautar-se-ia por mais uma diretriz: a farta concessão estatal de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar os produtos de exportação ou vinculados a programas energéticos (Proálcool, por exemplo).

Tratando da questão agrária, os autores entendem que

Em verdade, se está diante de um problema que também é de ordem institucional, ligado a mecanismos jurídicos, políticos e culturais que recentemente se formaram no meio rural, derivados de três processos

interligados: a) o alto grau de concentração da propriedade; b) a existência de uma vasta população no campo destituída de terra; e c) a chamada “juridicizarização” do “problema agrário”, sobretudo a partir da década de 1980. Logo, a “questão agrária” é estrutural, e não pode ser resolvida apenas com medidas de política agrícola ou social, já que seus efeitos, fatalmente, serão destruídos pela estrutura fundiária defeituosa, mantida preservada (Mendonça & Stédile, 2012:78).

Carneiro (1998, 40) afirma que

Como se sabe, as políticas públicas aplicadas à agricultura não destruíram a autonomia dos agricultores, que permaneceram com suas unidades familiares de produção. Tem-se, portanto, uma situação entre dois eixos: de um lado, um Estado poderoso, que orienta e tenta controlar a produção agrícola, e, de outro, os agricultores, que são ao mesmo tempo objetos e sujeitos dessa ação, criando novas estratégias de reprodução, adaptando-se ou transformando-se em outras categorias sociais.

Santos (2008:216; 220; 222-223) observa que via de regra a inserção dos produtores rurais nos projetos de desenvolvimento agrícola estão atrelados à capacidade prévia dos mesmos em arcar com parte da empreitada recebendo como contrapartida benefícios fiscais e financeiros, como acesso a financiamento externo com lastro do erário público.

Os ganhos em produtividade somente foram obtidos nas áreas de cerrado com a aplicação de tecnologias, insumos agroquímicos e máquinas via crédito rural de modo que é correto dizer que por meio do Estado o espaço geográfico do cerrado se adaptou às demandas produtivas do capital, com a manutenção das condições de exploração dos trabalhadores do campo.

Os grandes projetos agrícolas da atualidade geraram efeitos complementares e antagônicos: a exaustão dos recursos naturais e humanos por um lado e a produção sem interrupções a despeito dos ciclos ambientais. As implicações disso é que se sufocou as tradições camponesas no trato com a terra e se estabeleceu relações de trabalho intensivo visto que a produção de até três lavouras de grãos em um mesmo ano agrícola implica ampliar o tempo de trabalho e reduzir o tempo de convivência e usufruto do mundo da vida por parte do campesinato.

Na visão de Rangel (2011:173) o capitalismo com sua divisão do trabalho também estabelece uma dualidade campo-cidade, na qual as condições de desenvolvimento agrícola para sustentáculo de uma crescente urbanização, estabeleceu

um incremento na produtividade do fator de produção ‘terra’ e também no fator de produção ‘trabalho’.

Ocorre que o latifúndio capitalista é, neste momento, o porta-bandeira do progresso, que seus interesses “fundamentais” coincidem com os interesses gerais da sociedade brasileira e, naturalmente, das massas trabalhadoras, cujos interesses tendem, “sempre” a se identificar com os do desenvolvimento (RANGEL: 2011, 178).

Na ótica do autor (RANGEL: 2011, 179; 193; 197) a expansão do agronegócio leva a uma valorização da terra conforme cresce a ‘renda da terra’ limitando o acesso para os pequenos produtores pela exclusão financeira. Assim o crescimento da produtividade no campo tem como efeito colateral a falência e expulsão dos pequenos lavradores que então migram para as cidades engrossando o caldo do excedente de mão-de-obra urbana.

O setor agrícola tende a comportar-se na prática como o grande regulador do mercado de trabalho da economia, uma vez que, dada a quantidade total de bens agrícolas necessários ao sistema – bens esses cuja demanda é caracteristicamente muito pouco elástica ao preço e à renda – a quantidade de trabalho (mão de obra) retida pelo setor agrícola estará na razão inversa do excedente médio levado ao mercado de produtos agrícolas, por cada família. Define-se uma questão agrária quando o setor agrícola, como consequência da operação desse delicado mecanismo, ou não libera a mão de obra necessária à expansão dos demais setores ou, ao contrário, a libera em excesso (RANGEL: 2011, 197).

Noutros termos, a agricultura, numa região subdesenvolvida, costuma ser, simultaneamente:

- a) uma atividade primária, na medida em que supre produtos agrícolas brutos e explora recursos naturais dos reinos animal (caça e pesca), vegetal (madeira, lenha, frutos silvestres, materiais florestais extrativos) e mineral (pedra, barro para a construção etc.);
- b) uma atividade secundária, na medida em que elabora, para o autoconsumo ou para o mercado, aqueles produtos primários, para construir a casa, o celeiro, os instrumentos rudimentares de trabalho, a roupa, o alimento, ou ainda na medida em que se aplica à elaboração de materiais adquiridos no mercado, a exemplo da confecção de roupa, ou à manutenção dos equipamentos e objetos adquiridos fora do setor agrícola;
- c) uma atividade terciária, quando se aplica aos serviços já indicados (RANGEL: 2011, 193).

A crise agrária caracteriza-se quando esse mecanismo regulador do mercado nacional de trabalho deixa de operar, tornando crônicos, conforme o caso, a

superabundância ou a escassez dos produtos agrícolas ou da mão de obra. Os problemas próprios ou propriamente agrários da presente crise agrária brasileira são as anomalias concomitantes, verso e reverso da mesma medalha, da superprodução agrícola e da superpopulação rural, desdobrando-se, a primeira, nos constantes problemas do comércio exterior e a segunda, em desemprego urbano.

Segue-se, assim, que a crise agrária comporta duas ordens de soluções:

- a) mudança da estrutura agrária, com o fito de criar condições mais propícias para a expansão das atividades secundárias e terciárias do complexo rural, reduzindo assim o excedente médio de bens agrícolas levados ao mercado por cada família camponesa, o que permitiria aumentar o número de famílias no setor agrícola sem concomitante aumento da oferta de bens agrícolas e sem quebra, antes com elevação, do nível de vida das massas camponesas;
- b) incremento, alternativo ou concomitante, do comércio exterior e da procura urbana de mão de obra, com o objetivo de absorver a superprodução agrícola e a superpopulação rural. (RANGEL: 2011, 198).

Na lógica do desenvolvimento regional a primeira opção cria um leque diversificado de atividades no interior que potencializa as variáveis sociais e a redução da desigualdade social. A segunda opção pode levar a uma rigidez da dependência externa e um inchaço das cidades.

Agora iremos nos ater à questão de verificar a desigualdade social na área de abrangência do PRODOESTE no Tocantins. No que tange aos indicadores sociais, entre 1991 e 2010 o índice de Gini para a área apresentou uma oscilação indicando uma sutil redução na desigualdade social.

Tabela 9. Evolução do índice de Gini para a área do PRODOESTE, 1991 a 2010.

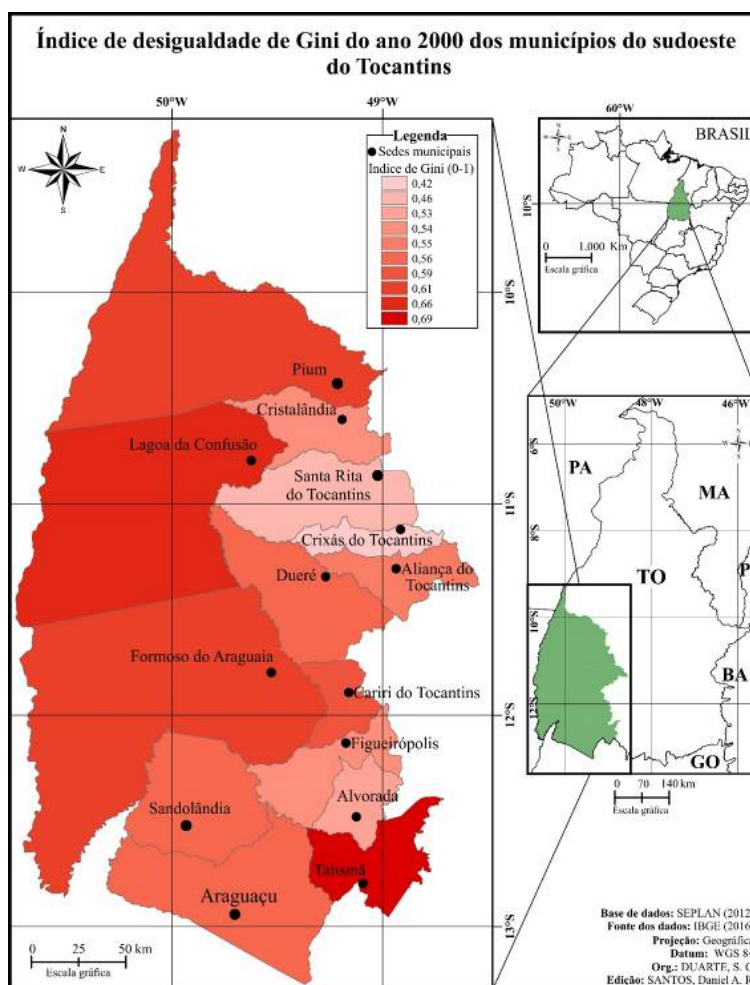
Município	Índice de Gini		
	1991	2000	2010
Aliança do Tocantins	0,51	0,55	0,47
Alvorada	0,63	0,53	0,47
Araguaçu	0,54	0,56	0,49
Cariri do Tocantins	0,5	0,59	0,46
Cristalândia	0,64	0,54	0,57
Crixás do Tocantins	0,43	0,42	0,48
Dueré	0,5	0,56	0,56
Figueirópolis	0,52	0,54	0,52
Formoso do Araguaia	0,56	0,61	0,52
Lagoa da Confusão	0,49	0,66	0,51
Pium	0,56	0,61	0,52
Sandolândia	0,45	0,56	0,47
Santa Rita do Tocantins	0,41	0,46	0,53
Talismã	0,63	0,69	0,48

Média da Área	0,53	0,56	0,50
Média do Estado	0,63	0,65	0,60
Média Nacional	0,63	0,60	0,53

Fonte: IBGE, 2015.

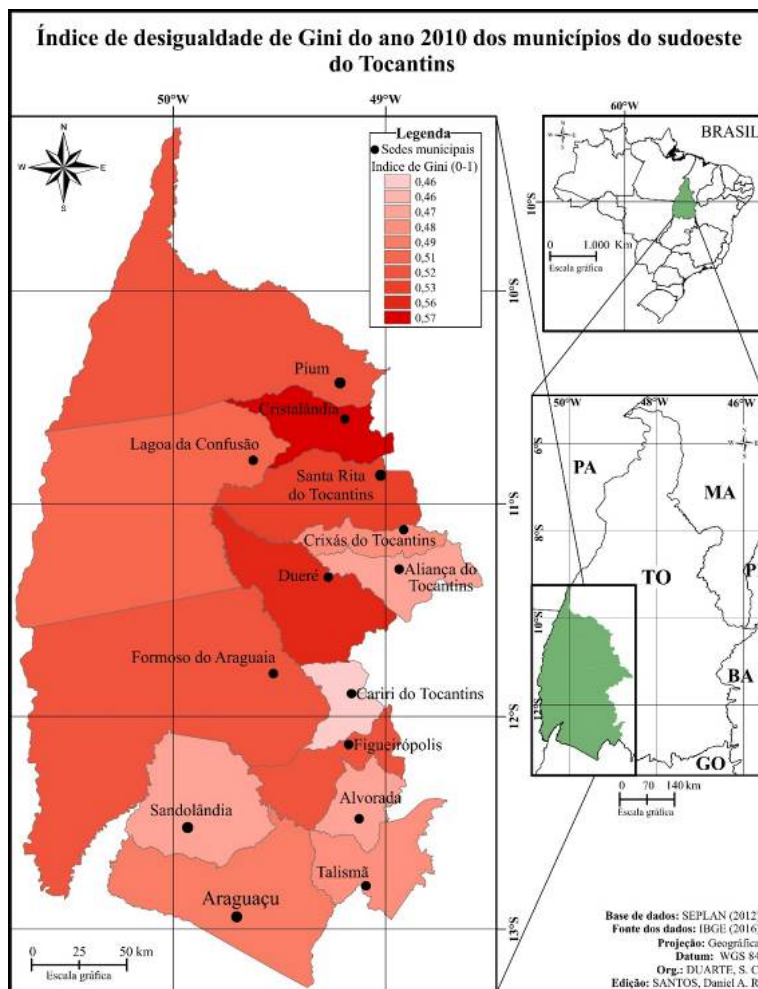
Em linhas gerais a desigualdade aumentou entre 1991 e 2000, retrocedendo entre 2000 e 2010, atingindo níveis comparáveis ou abaixo daqueles do período de 1991. Podemos ressaltar no que diz respeito ao índice de Gini, que mede o nível de desigualdade social, entre 2000 e 2010, com exceção dos municípios de Cristalândia, Crixás do Tocantins, Dueré e Santa Rita do Tocantins, todos os demais apresentaram melhora no indicador, o que nos permite pensar que a desigualdade social decresceu na área nesse período de tempo. Os mapas das páginas seguintes permitem visualizar o que foi exposto para esse último período.

Mapa 1. Desigualdade no ano 2000 nos municípios do sudoeste do Tocantins



Fonte: organizado por DUARTE (2016).

Mapa 2. Desigualdade no ano 2010 nos municípios do sudoeste do Tocantins



Fonte: organizado por DUARTE (2016).

Observando outro indicador, a saber, o IDH municipal, verificamos que na área de abrangência do PRODOESTE houve uma melhora entre 1991 e 2000, sendo essa tendência de elevação mantida em 2010. Contudo durante todo o período compreendido entre 1991 e 2010 a média da área esteve abaixo do índice estadual e também nacional.

Tabela 10. Evolução do IDH Municipal para a área do PRODOESTE, 1991 a 2010.

Município	IDHM		
	1991	2000	2010
Aliança do Tocantins	0,38	0,544	0,663
Alvorada	0,471	0,578	0,708
Araguaçu	0,332	0,542	0,675
Cariri do Tocantins	0,292	0,528	0,662
Cristalândia	0,431	0,544	0,673
Crixás do Tocantins	0,316	0,491	0,644
Dueré	0,319	0,5	0,679

Figueirópolis	0,393	0,553	0,689
Formoso do Araguaia	0,311	0,507	0,670
Lagoa da Confusão	0,332	0,479	0,627
Pium	0,326	0,487	0,650
Sandolândia	0,294	0,498	0,659
Santa Rita do Tocantins	0,281	0,43	0,651
Talismã	0,296	0,481	0,654
Média da Área	0,34	0,51	0,664
Média do Estado	0,369	0,525	0,699
Média Nacional	0,492	0,612	0,727

Fonte: IBGE, 2015.

Este mesmo indicador, o IDH municipal, também é aferido por área de política social. No que tange à educação houve uma melhora significativa entre 1991 e 2010, saindo de uma média do setor de 0,13, um nível crítico, para 0,57, um nível mediano.

Tabela 11. Evolução do IDH Municipal em Educação para a área do PRODOESTE, 1991 a 2010.

Município	IDHM Educação		
	1991	2000	2010
Aliança do Tocantins	0,17	0,406	0,596
Alvorada	0,256	0,407	0,623
Araguaçu	0,118	0,388	0,602
Cariri do Tocantins	0,078	0,324	0,549
Cristalândia	0,21	0,374	0,57
Crixás do Tocantins	0,109	0,32	0,555
Dueré	0,104	0,303	0,566
Figueirópolis	0,18	0,402	0,6
Formoso do Araguaia	0,1	0,326	0,587
Lagoa da Confusão	0,14	0,281	0,496
Pium	0,115	0,283	0,527
Sandolândia	0,095	0,293	0,578
Santa Rita do Tocantins	0,088	0,216	0,527
Talismã	0,07	0,245	0,535
Média da Área	0,13	0,33	0,57

Fonte: IBGE, 2015.

O IDH municipal é descrito no item “longevidade” ou expectativa de vida, que implica tanto na qualidade de vida quanto nas condições sociais de manutenção da existência. Nesse quesito houve melhora de 0,20 ao final do período, saindo de 0,61 em 1991 para um índice de 0,81 em 2010, atingindo um patamar satisfatório.

Tabela 12. Evolução do IDH Municipal em Longevidade para a microrregião de Formoso do Araguaia, 1991 a 2010.

Município	IDHM Longevidade		
	1991	2000	2010
Aliança do Tocantins	0,632	0,715	0,801
Alvorada	0,641	0,725	0,843
Araguaçu	0,571	0,666	0,796
Cariri do Tocantins	0,64	0,73	0,826
Cristalândia	0,641	0,758	0,805
Crixás do Tocantins	0,637	0,709	0,798
Dueré	0,641	0,73	0,846
Figueirópolis	0,658	0,73	0,822
Formoso do Araguaia	0,578	0,669	0,801
Lagoa da Confusão	0,541	0,659	0,787
Pium	0,571	0,696	0,822
Sandolândia	0,606	0,696	0,791
Santa Rita do Tocantins	0,564	0,699	0,83
Talismã	0,658	0,753	0,801
Média da Área	0,61	0,71	0,81

Fonte: IBGE, 2015.

Por fim, para nossa análise, iremos aqui empregar também o IDH municipal no item “renda”. Nesse quesito houve melhora entre 1991 e 2010 para a área de abrangência do PRODOESTE, passando de 0,52 para um índice de 0,64.

Tabela 13. Evolução do IDH Municipal em Renda para a área do PRODOESTE, 1991 a 2010.

Município	IDHM Renda		
	1999	2000	2010
Aliança do Tocantins	0,511	0,556	0,61
Alvorada	0,636	0,655	0,677
Araguaçu	0,542	0,615	0,642
Cariri do Tocantins	0,5	0,623	0,639
Cristalândia	0,594	0,569	0,663
Crixás do Tocantins	0,455	0,523	0,603
Dueré	0,487	0,566	0,654
Figueirópolis	0,514	0,575	0,664
Formoso do Araguaia	0,518	0,599	0,64
Lagoa da Confusão	0,484	0,595	0,63
Pium	0,527	0,585	0,633
Sandolândia	0,441	0,605	0,626
Santa Rita do Tocantins	0,447	0,527	0,63
Talismã	0,563	0,603	0,654
Média da Área	0,52	0,59	0,64

Fonte: IBGE, 2015.

No cômputo geral então podemos ressaltar que paralelo à melhora no índice de Gini para a área de abrangência do PRODOESTE, o IDHM e os indicadores relacionados à educação, longevidade e renda também apresentaram números com tendência de crescimento. A explicação para essa dinâmica parece repousar sobre a maior acessibilidade às políticas sociais de redistribuição de renda e promoção da saúde e educação, por parte do governo federal nas últimas duas décadas.

Tabela 14. Evolução da inclusão de famílias no CADÚnico para a área do PRODOESTE, 2006 a 2015.

	CADÚnico	
	2006	2015
Município		
Aliança do Tocantins	1002	1522
Alvorada	989	1813
Araguaçu	652	1635
Cariri do Tocantins	320	918
Cristalândia	1029	1577
Crixás do Tocantins	143	430
Dueré	631	996
Figueirópolis	1079	1351
Formoso do Araguaia	2646	3639
Lagoa da Confusão	1001	1664
Pium	790	1178
Sandolândia	279	979
Santa Rita do Tocantins	249	488
Talismã	351	666

Fonte: MDS, 2016.

Como mostra a tabela anterior o número de famílias abarcadas pelo Cadastro Único do governo federal que regula o acesso aos programas sociais expandiu em todos os municípios da área.

A exemplo da expansão do alcance dos programas de transferência de renda do governo federal temos na tabela a seguir os dados relativos ao número de famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família. Em todos os municípios houve crescimento do atendimento.

Tabela 15. Evolução do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família para a área do PRODOESTE, 2004 a 2015.

	Bolsa Família Famílias beneficiárias	
	2004	2015
Município		
Aliança do Tocantins	353	669
Alvorada	568	653
Araguaçu	205	536

Cariri do Tocantins	153	362
Cristalândia	334	828
Crixás do Tocantins	37	145
Dueré	406	484
Figueirópolis	397	589
Formoso do Araguaia	1.207	2.007
Lagoa da Confusão	336	876
Pium	339	518
Sandolândia	26	342
Santa Rita do Tocantins	47	271
Talismã	190	263

Fonte: MDS, 2016.

Essa expansão do Programa Bolsa Família significou a injeção de valores consideráveis na economia dos municípios, com valores crescentes no período entre 2004 e 2015, como mostra a tabela a seguir que traz os valores brutos transferidos aos municípios e também os mesmos deflacionados.

Tabela 16. Evolução do valor repassado no Programa Bolsa Família para a área do PRODOESTE, 2004 a 2015

Município	Bolsa Família Valor repassado (R\$)		
	2004	2015	2015 (deflacionado)
Aliança do Tocantins	199.841,00	1.096.273,00	586.576,52
Alvorada	403.817,00	1.359.263,00	727.293,07
Araguaçu	75.819,00	958.588,00	512.906,20
Cariri do Tocantins	118.687,00	766.879,00	410.329,56
Cristalândia	238.963,00	1.922.233,00	1.028.518,21
Crixás do Tocantins	23.713,00	263.500,00	140.989,44
Dueré	260.115,00	879.700,00	470.696,04
Figueirópolis	257.677,00	977.742,00	523.154,82
Formoso do Araguaia	982.897,00	3.564.001,00	1.906.969,62
Lagoa da Confusão	279.045,00	2.312.439,00	1.240.282,26
Pium	210.468,00	898.281,00	481.795,19
Sandolândia	3.438,00	663.361,00	355.795,28
Santa Rita do Tocantins	29.667,00	567.692,00	304.482,98
Talismã	80.647,00	506.168,00	271.484,43

Fonte: MDS, 2016.

Contudo essas políticas não foram suficientes para se contrapor à desigualdade social na área do PRODOESTE e, o que mais nos interessa aqui, a expansão do agronegócio não parece implicar numa correlação positiva com uma melhoria da qualidade de vida e justiça social tendo em vista a tendência à concentração de terra e renda.

Considerações finais

Ao reunir nesse estudo informações sobre a estrutura fundiária e os indicadores sociais, procurou-se evidenciar que tendo em vista a alta concentração de terras na região atendida pelo PRODOESTE a melhora nas condições sociais é melhor explicada pela expansão das políticas sociais do que pelo aporte do agronegócio.

Pudemos observar que houve uma expansão e retração do crédito fundiário entre 2005 e 2010. No que diz respeito à distribuição de terras houve uma melhora, mas ainda com um perfil agrário de médias e grandes propriedades. Ocorreu um crescimento na legalização da terra, mas com alta concentração tendo em vista que em 2006 os grandes proprietários detinham mais de 50% das terras.

Notamos que, paralelo à expansão da renda dos proprietários de terras pelo incentivo ao agronegócio, temos a melhoria das condições sociais das famílias mais vulneráveis através da expansão das políticas sociais. O ponto chave é que na correlação de forças os ganhos do capital agrário oriundos do agronegócio sobrepujam os ganhos do trabalho oriundos dos programas sociais. E essa desigualdade é assegurada pela concentração de terras, de modo que as políticas sociais divorciadas de uma política de reforma agrária são insuficientes para reverter o quadro de desigualdade social.

As implicações dessa conjuntura no curto prazo é uma aparente evolução social, contudo sem alterar as estruturas fundiárias, a qualquer momento em que houver uma ruptura nas políticas sociais poderemos assistir uma reversão dos indicadores sociais tendo em vista a tendência à concentração de renda obtida por meio da exploração da produção agrícola em regime de latifúndio.

Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, região e desenvolvimento**. Recife: Editora UFPE, 1977.

ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. **A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultura e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998

IBGE. SIDRA. Território. Nível Territorial: Microrregião Geográfica Unidade Territorial: 17004 - Rio Formoso - TO Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/infounit.asp?codunit=6060&codunitibge=17004&nomeunit=Rio+Formoso+%2D+TO&n=9&nomenivel=Microrregi%C3%A3o+Geogr%C3%A1fica&z=t&o=4>. [acessado em outubro de 2015]

MENDONÇA, Sônia Regina de; STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

PANAGIDES, Stahis. A contribuição social para o desenvolvimento rural, em LEITE, Pedro Sisnando *et alii* (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2000.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira 1957-1986. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011, pgs 173-225.

SANTOS, Rosselvelt José. **Gaúchos e mineiros do cerrado: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais**. Editora Universidade Federal de Uberlândia - EDUFU, Uberlândia: 2008.